

## *Desigualdade, agronegócio, agricultura familiar no Brasil*

### **Introdução**

Este artigo tem por objetivo refletir sobre os mecanismos de dominação simbólica presentes no discurso das elites agroindustriais quando referidos à estrutura social no campo e à representação sobre quem são os agricultores familiares e quais suas aptidões, potencialidades e (im)possibilidades históricas.

Procura mostrar que a retórica das elites agroindustriais aciona as carências à agricultura familiar para impor uma seletividade discursiva que impõe uma hierarquização sobre quem é apto ou não a integrar-se produtivamente pelo estabelecimento de um alinhamento de práticas pela interferência na construção de uma identidade própria, suscitando a dificuldade de construção de um espírito crítico e de percepção das diferenças existentes. Argumentos que se reportam aos interesses patronais agroindustriais e alimentam o próprio sistema de dominação.

O artigo também procura mostrar que integração e exclusão são faces de um mesmo processo e se complementam na relação que as negam: o agricultor familiar “vacionado” reafirma a exclusão do agricultor familiar “sem condição”. A promessa de crédito facilitado e de acesso ao mercado para os “empreendedores familiares” aprofunda diferenças com os agricultores familiares voltados para a produção de subsistência. Ser “ordeiro” e “consciente” como atributos da postura competitiva exclui os agricultores familiares mobilizados na luta por direitos e por isso considerados “desordeiros” e “inocentes úteis”.

O pequeno agricultor familiar proprietário de terra produzindo para o mercado interno quase sempre esteve presente na pauta das prioridades econômicas e políticas das elites rurais agroindustriais no país. Embora em nenhum momento tenha sido visto como alguém em pé de igualdade com os grandes proprietários de terra e empresários agroindustriais, apesar do discurso sinalizando o contrário. O seu papel é “subsidiar os interesses da grande exploração agropecuária” (PICOLOTTO, 2011:18), da empresa agroindustrial e, mais recentemente, do projeto do agronegócio.

---

<sup>1</sup> Socióloga, professora e pesquisadora do CPDA/UFRRJ, coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Agronegócio e Relações de Poder (NARUP). E-mail: regina\_bruno@yahoo.com.br.

Com a modernização da agricultura, na segunda metade nos anos de 1960 e no decorrer das décadas subsequentes, renova-se o interesse das elites patronais por este segmento da agricultura familiar considerado apto a contribuir para o progresso e o desenvolvimento da nação brasileira. Nesse processo, o modelo empresarial e a ideologia cooperativista da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), “força dirigente dos grupos dominantes agroindustriais no país” (MENDONÇA, 2005:1), teve grande importância, pois forneceu a justificativa legitimadora da relação entre dois grupos sociais: vocação participativa e democrática, solidariedade, independência e autonomia.

O advento da Nova República é marcado pela demanda por uma reforma agrária expressa no I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) aprovado em 10.10.1985, pela revitalização da mobilização dos agricultores e trabalhadores rurais na luta por direitos, já presente na segunda metade dos anos de 1970, pelas greves dos canavieiros de Pernambuco em 1979 e sua expansão a outros estados, pelo primeiros empates no Acre e pela retomada das ocupações de terra e as mobilizações por melhores preços para os produtos agrícolas (MEDEIROS,1989). Diante disso e temendo as possíveis alternativas sobrevividas da conjuntura de transição política, as elites rurais e agroindústrias se organizaram e se mobilizaram em defesa de seus interesses.

Um dos caminhos foi a luta simbólica para difundir e priorizar o debate sobre a configuração da estrutura social no campo e estabelecer o papel de cada grupo nesse processo. E mesmo hoje, seus porta-vozes, sempre que consideram necessário, sobretudo nas situações de surgimento de novos atores sociais no campo, incorporam em suas falas políticas a caracterização da estrutura social no campo.

Na construção discursiva das elites rurais agroindustriais sobre a estrutura social no campo, atentamos para três principais momentos históricos. Um primeiro, identificado como o tempo da agricultura moderna, agregaria três principais grupos sociais: o moderno empresário rural, o agricultor familiar “integrado” e “vacionado” e os agricultores familiares “sem condição”. Compondo um segundo momento, caracterizado como tempo da agroindústria, teríamos três agriculturas, o agricultor empresarial de mercado, o agricultor familiar orientado pela lógica da empresa-família e o agricultor familiar “marginal”. No terceiro momento, considerado o tempo do agronegócio, o discurso sobre a estrutura social no campo resume-se à presença de dois grupos sociais: o agronegócio e o empreendedor familiar rural.

## **Uma agricultura moderna**

Segundo os porta-vozes patronais agroindustriais, com a modernização da agricultura prevaleceriam três principais tipos sociais no campo: o moderno empresário rural, o agricultor familiar integrado e vocacionado e os agricultores familiares “sem condição” (RODRIGUES, 1997).

No topo da estrutura social estaria o moderno empresário rural, caracterizado por seus pares como alguém competitivo, que segue a lógica da rentabilidade e prescinde do Estado. É o beneficiário de um conjunto de políticas que se implantaram no pós-1967. É a figura da modernização “conservadora” orientada pela constituição de cadeias agroindustriais, o uso de pacotes tecnológicos e o acesso ao crédito farto e barato. Uma modernização que “efetivamente resolveu o problema dos níveis de produção e produtividade no campo (...), contudo, não só manteve intocada a propriedade fundiária como teve um custo social muito alto” (GRAZIANO DA SILVA, 2014:163). O moderno empresário rural convive e confunde-se com o latifúndio, mas quando indagados consideram “irrelevante a presença de latifúndios improdutivos diante da magnitude da modernização da agricultura” (RODRIGUES, 1997).

No campo da representação política, os principais porta-vozes do período se autodefinem e são definidos por seus pares como “a nova tríade dos anos 80. Aqueles que trazem a cara da agricultura” (RODRIGUES, 2007). São eles: Roberto Rodrigues, então presidente da OCB,<sup>2</sup> um dos principais incentivadores da filiação de agricultores familiares “vocacionados” ao sistema cooperativista empresarial da OCB; Alysson Paulinelli, ex-ministro da Agricultura no governo Geisel (1974-1979), cabeça de chapa do Movimento de Renovação na disputa para presidência da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária (CNA) durante o período Nova República, alguém sempre atento às regras dos “contratos de integração” entre empresas e agricultores familiares e a disputa com a Confederação dos Trabalhadores Rurais (CONTAG) pela representação política do agricultor familiar; e finalmente Flavio Teles de Menezes, presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB) e um dos porta-vozes mais atuantes na crítica ao I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA).

---

<sup>2</sup> “Fundada em 1969, tornou-se, sobretudo após de 1985, a força dirigente dos grupos dominantes agroindustriais no país. (...) A OCB conseguiu superar não só a crise de representação política vivenciada pelas agremiações patronais da agricultura, como se impor enquanto novo grupo hegemônico” (Mendonça, 2005:1).

O agricultor familiar “integrado” e “vacionado” é considerado pelas elites agroindustriais como alguém qualificado para produzir de modo rentável porque possui “convicção” e sabe agir conforme o instituído pela lógica da integração e do mercado. “Vocação” entendida não como expressão de habilidades e sim como adesão a preceitos e interesses que frequentemente se confundem com os dos grandes proprietários e empresários rurais. Diz Roberto Rodrigues:

“São aqueles que, por uma série de razões, têm condição e estão qualificados para produzir ou aprender a produzir de modo rentável. São capazes de tomar decisões exigidas pelo mercado. Necessitam de crédito e de nosso apoio” (RODRIGUES, 1997).

Ainda de acordo com Rodrigues, esses agricultores são prioritariamente pequenos proprietários de terra cuja produção é voltada para o mercado interno. Necessitam de políticas públicas e do apoio patronal para “produzir com tranquilidade”. E seguem os preceitos doutrinários do cooperativismo: igualitarismo, sociabilidade democrática e paz social. E veem o cooperativismo como espaço de organização e instrumento de equilíbrio social (RODRIGUES, 1997).

As relações de subordinação entre agricultores familiares e empresários agroindustriais se corporificam, sobretudo, a partir de dois modos que se complementam: a instituição de “contratos de integração” celebrados no interior das cadeias produtivas dos complexos agroindustriais (CAIs) e a filiação à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

Os “contratos de integração” vigoraram, sobretudo a partir dos anos 1970 e, em sua maioria, eram voltados para a engorda de animais de pequeno porte das cadeias produtivas de grandes indústrias como Sadia e Perdigão. Também se referiam à produção de grãos e a acordos entre plantadores de fumo e a indústria fumageira, dentre outros. Nesses contratos, riscos e prejuízos são sempre de responsabilidade dos agricultores familiares, cabendo às empresas agropecuárias privilégios, garantias e lucro.

Juntamente com a implementação dos sistemas de integração há uma intensificação da propaganda, caracterizando esse processo como “parceria do ganha-ganha”. Argumentos que ressaltavam as *benefices* da integração para os pequenos agricultores proprietários argumentando que eles não seriam “escravos” da agroindústria, garantindo que não haveria perdas, só ganhos, e caracterizando a parceria como condição para acesso à tecnologia e, obviamente, omitindo os ganhos para as

empresas. Nesse primeiro momento, o discurso sobre a parceria do ganha-ganha foi particularmente eficaz

“No início dos anos 70, a Sadia trouxe esse modelo de integração. Foi uma estratégia fabulosa para a pequena propriedade! Foi uma forma de o pequeno ter acesso à tecnologia. É a parceria do ganha-ganha. A agroindústria fornece o material genético, a nutrição, a assistência de manejo e veterinária. Em contrapartida ele (o pequeno agricultor proprietário) entregava o material pronto para o abate. (...) E aí foi a maior reengenharia, porque você já pensou se a Sadia tivesse que investir em milhares de granjas!!” (PINAZZA, 2007:4)

Sobre a filiação ao sistema OCB, as desigualdades e as tensões se expressam na própria estrutura organizativa da entidade, visto que a direção e as decisões concentram-se nas mãos das grandes cooperativas, enquanto o agricultor familiar situa-se nas bases da organização. E uma das justificativas das lideranças do cooperativismo empresarial da necessidade de parceria é a alegação do despreparo do Estado na garantia da reprodução social do agricultor familiar vocacionado, pois não dispõe de uma infraestrutura de armazéns para grãos e cereais. O despreparo do Estado “abre espaço ao protecionismo e ao paternalismo” (PINAZZA, 2007).

Por sua vez, os contratos de integração e a filiação à estrutura cooperativista atraem os agricultores familiares por sinalizarem para a superação de suas carências e necessidades: asseguram uma maior eficácia produtiva, preconizam a certeza de um futuro promissor e garantem acesso ao crédito, estabilidade de mercado, fim de riscos e proteção de adversidades. Argumentos que, juntamente com o discurso da solidariedade entre as classes, são fundamentais à obediência. Entretanto, omitem a desigualdade na atribuição de tarefas e responsabilidades entre os dois grupos sociais. O suposto da solidariedade, como se não houvesse interesses conflitantes e projetos em disputa, busca sua legitimidade na representação da sociedade brasileira “pacífica” e “ordeira”.

A contraface do “vocacionado” é o agricultor familiar “sem condição”, voltado exclusivamente para a produção de subsistência. Sem condição de utilizar a tecnologia que o moderno processo produtivo exige e sem condição de integrar-se. “É um grupo social fadado a desaparecer”, diz Rodrigues, para quem a “única saída seriam as políticas assistencialistas até que se conclua seu processo de extinção e proletarização”

(RODRIGUES, 1997). Aproximando-se, assim, de uma leitura de inspiração marxista cujo enfoque defende que a pequena produção estaria em vias de desaparecimento com o avançar das relações capitalistas no campo (PICOLOTTO, 2011:20).

## **A Agroindústria**

Na lógica discursiva das elites agroindustriais, a partir dos anos de 1990, caracterizado como o tempo da agroindústria, seria composto por três principais grupos: a agricultura empresarial de mercado, o agricultor familiar de transição orientado pela lógica da empresa-família e o agricultor familiar “marginal”. Segundo Roberto Rodrigues, nesse momento estaria em processo de formação o agronegócio como projeto e como referencial econômico e político. Esse período coincide com a criação, em 1993, da Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG) cujo objetivo seria “elevar a agricultura ao nível estratégico, com vistas a contribuir para a reconstrução de um novo pacto político” (RODRIGUES, 1997).

É também quando emerge o “agricultor familiar como personagem político portador de um projeto próprio e uma identidade sociopolítica” (PICOLOTTO, 2011:13).

O agricultor empresarial de mercado personifica “a agroindústria estruturada e profissionalizada ao extremo e compreende a grande empresa rural acoplada à indústria e ligada ao mercado internacional e com ações em bolsa” (RODRIGUES, 1997).

“São aqueles que estão avançando. Não precisam de governo, não precisam de Estado. Não precisam de nada, só de regras claras e definidas de política macroeconômica e política setorial. É lógico que terão uma interação com o Estado porque você não pode prescindir do Estado” (RODRIGUES, 1997).

Do ponto de vista político, essa configuração da estrutura social no campo reflete uma ampliação da representação patronal. “Temos o Ney Bittencourt, do setor de defensivo e sementeiro, e o Furlan, da Bunge. Eles trazem o rosto da agroindústria. Quando se podia imaginar que esses setores iriam sentar-se à mesa!”, diz Pinazza (2007).

Sobre o agricultor familiar orientado pela lógica da empresa-família “quem toca a propriedade e administra o negócio é a família, mas sem confundir empresa familiar com pequena propriedade familiar”, adverte Rodrigues (1997). Em outra passagem, diz:

“São aqueles que por uma série de razões têm condição e estão qualificados para produzir ou aprender a produzir de modo rentável; são capazes de tomar decisões exigidas pelo mercado. Necessitam de crédito do governo e de nosso apoio” (RODRIGUES, 1997).

Dentre os seus atributos estão a capacidade de gestão e a formação técnica. São pessoas capazes de gerir o negócio por meio de parâmetros técnicos, que concebem a cooperativa como um negócio, uma atividade econômica, e não como uma “ação entre amigos ou casa de benevolência” (FREITAS, 2008). Mas é um agricultor de transição e como tal é destituído de alternativas – ou se marginaliza ou se integra.

A estreita associação entre família e negócio como parâmetro da definição conceitual da agricultura familiar muito contribuiu para a ausência de diferenciação entre pequena, média e grande propriedade e produção. Isto permite que Roberto Rodrigues afirme ser um agricultor familiar, mesmo possuindo 1,2 mil hectares e dispondo de 30 empregados. Para ele, a definição de agricultor familiar que leva em consideração o tamanho da propriedade e do negócio “é coisa da Idade da Pedra”:

“Eu sou agricultura familiar. Eu tenho 1.200 hectares, meus dois filhos tocam e nós temos 150 empregados. A agricultura familiar não quer dizer um conceito para a pequena propriedade. É a empresa-família. Na Inglaterra, o conceito é muito claro: você tem uma empresa de 600 hectares tocada pela família. Tem 150 empregados, mas é a família que toca. Aliás, pequena, grande, média, mínima, isso é coisa da Idade da Pedra, só interessa para o banco dizer para quem não vai dar crédito. Acabou!” (RODRIGUES, 1997).

O incentivo à empresarialização do agricultor familiar integrado é fruto da conjuntura econômica e política da década de 90 da discussão sobre necessidade de revitalização do cooperativismo da OCB, em virtude da perda da rentabilidade e da capacidade de investimento cuja causa é imputada aos sucessivos planos econômicos do governo. Uma das saídas da crise passaria pela transformação do agricultor familiar em empresário, contudo, sem perder o perfil empresarial que o caracteriza e o fortalece.

Trata-se de uma empresarialização monitorada pelas elites agroindustriais e subordinada às exigências das grandes empresas. Tornar-se um empresário “competitivo” significa, antes de tudo, formar parcerias entre pequenos produtores e empresas ligadas à área, com

vistas à redução dos cursos de produção, a compra conjunta de insumos, venda conjunta da produção, sistema de melhoria voltada para o aumento da produtividade, sistema de melhoria de qualidade, gerenciamento das unidades de produção e apoio a projetos de desenvolvimento regional.<sup>3</sup>

Eles são contra a diversificação da agricultura familiar por considerá-la inoperante. “Seria igual à diversificação do pato que faz de tudo e faz tudo malfeito: anda e anda mal; canta e canta mal; voa e voa mal. Então é uma péssima diversificação” (PINAZZA, 2007:16). E argumentam que a diversidade das cadeias produtivas os obriga a conviver com um lado moderno e um lado tosco e muito elementar desse processo. Interessantes, sobretudo, uma “parceria” com a unidade familiar estabelecida em áreas pequenas ou grandes, mas que apresentem um maior grau de tecnologia com vistas a aumentar a eficácia dos processos produtivos.

O tempo da agroindústria traz para debate a necessidade de mudar a forma de entender a agricultura. Defende-se uma agricultura voltada para a harmonização dos elos entre as cadeias produtivas e para a redução dos conflitos entre capitais. A empresa-família é vista como parte desse processo. Caberia também ao agricultor familiar “gerar riqueza e familiarizar-se com os mecanismos da globalização”. “Dessa perspectiva, a reforma agrária não gera riqueza”, diz Pinazza (2007).

Sobre o pequeno agricultor familiar voltado para a produção de subsistência, ao invés de ser classificado como “excluído” do processo de modernização da agricultura, passa agora a ser representado como “marginal” com toda a conotação negativa que o termo implica. “Na outra ponta, encontramos o agricultor familiar marginal”, declara Rodrigues. É alguém que vive da subsistência, necessita de subsídio, de políticas sociais e da presença do Estado.

“É aquele agricultor para o qual você e eu vamos pagar imposto para ele ficar na roça. Não tem saída. Não tem alternativa, vamos dar ocupação para ele, subsídio explícito. Tem que ter bolsa de estudo para os filhos dele, tem que ter cesta básica, senão não vai sobreviver. (...) É a agricultura social” (RODRIGUES, 1997).

Ainda segundo a lógica discursiva das elites agroindustriais, o agricultor familiar “marginal” é alguém preso a um destino, não tem escolha nem alternativas. A alegação da ausência de alternativas históricas é um argumento caro às elites patronais e aos grupos

---

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://www.agr.feis.unesp.br/jj311200a.htm>>.



dominantes porque reforça o exercício da dominação (GRAMSCI, 1977). Diz Roberto Rodrigues:

“Não tem saída. Isso vai durar mais uns quarenta anos até que os filhos e netos desses camaradas consigam estudar e ir embora para a cidade, pois eles não querem ficar aqui. Ninguém é tonto de ficar aqui, eles querem ir embora” (RODRIGUES, 1997).

## **Somos todos agronegócio**

E por último, temos o empresário do agronegócio e o empreendedor familiar rural como personagens da estrutura social no campo. O pequeno agricultor familiar voltado para a subsistência desaparece da classificação elaborada pelas elites agroindustriais como se ele não fizesse parte da realidade do campo brasileiro. O agricultor de subsistência vai juntar-se ao trabalhador rural que em nenhum momento fez parte da classificação sobre a estrutura social no campo.

O agronegócio é concebido como a personificação das necessidades de reprodução do capitalismo. Simboliza a competitividade sistêmica. Abrange todos os agentes direta ou indiretamente envolvidos com a atividade agrícola e agroindustrial. Exige de todos uma postura de mercado e uma cultura empresarial (RODRIGUES, 1997).<sup>4</sup>

Nesse momento, aprofunda-se a representação do agronegócio como gerador de riqueza. “Qual sociedade não tem uma leitura do agronegócio como competente e gerador de riqueza?”, diz Pinazza (2007). A partir de então, ter como meta o lucro passa a ser considerado um critério de inserção ou de exclusão dos agricultores familiares ao agronegócio. Dessa forma, não basta saber produzir, é necessário ser racional, possuir uma cultura de poupança, desejar acumular, saber tomar a iniciativa. De outra perspectiva, “(...) quem não consegue seguir os padrões adequados de competitividade são os que apresentam uma racionalidade limitada” (PINAZZA, 2007).

Juntamente com a ideia de geração de riqueza vemos a representação do agronegócio como exemplo de compulsão ao crescimento:

“O agronegócio está mais maduro, não se fala mais de produto, não se fala mais de processamento, não se fala mais de

---

<sup>4</sup> Segundo Ney Bittencourt de Araújo, fazem parte do *Agribusiness* as indústrias à montante, produtores, indústrias à jusante, armazenadores, transportadores, distribuidores, agentes que coordenam ou afetam o fluxo de produtos (entre os quais o Governo), entidades financeiras, comerciais e de serviços, tais como bancos, bolsa de mercadorias e de futuro, bolsas de cereais, instituto de pesquisa etc.” (BRUNO, 1997:37).

sementes, hoje você fala das cadeias e as cadeias são complexas. A agricultura brasileira é compulsiva e apresenta um potencial de produção tão grande que cresce muitas vezes por irracionalidade própria. Não sabe ficar sem crescer” (PINAZZA, 2007).

O argumento sobre a irrelevância da propriedade da terra e a primazia da produção é atualizado e retomado com toda a sua força política e ideológica pelas elites agroindustriais, sobretudo para fazer frente às reivindicações dos povos e populações tradicionais pelo direito ao território. A propriedade só será garantida e protegida para aqueles agricultores familiares identificados com o projeto patronal dos dominantes no campo.

“Hoje as nossas cooperativas convivem com produtores que não são nem proprietários de terras (arrendatários, parceiros, agricultores e profissionais sem-terra). O maior cooperado da minha cooperativa não tem um palmo de terra e produz 25 mil sacos de café por ano. Mas é um engenheiro agrônomo que pegou todo o capital que ele tinha e arrenda terra e planta na terra dos outros; dá um percentual para o cara e produz. O investimento dele não é em terra; é em tecnologia, em maquinário” (FREITAS, 2007).

E continua:

“É um perfil diferente; é um agricultor de nova geração. É outra cabeça. Ele não está preocupado em ser dono da terra, ele está preocupado em produzir. Como você tem o agricultor familiar, do lado dele um pequenininho lá que tem 15 hectares, que vive ele e o filho em cima daquela terra, e convivem bem. A segurança da pulverização do pequeno com a alavanca comercial do grande. Isso funciona bem dentro das cooperativas” (FREITAS, 2007).

O empreendedor familiar rural é considerado “parte do rosto do agronegócio”. São pessoas capazes de defender uma agricultura de “precisão técnica” voltada para o controle de possíveis erros. São os agricultores familiares mais bem qualificados que sabem produzir a tempo e em volume de mercado, participam das cadeias estratégicas para consolidar o sistema agroalimentar urbano e participam de uma política de setorialização de parcerias. Para que isso aconteça, é necessário ser agressivo, competente e ao mesmo tempo flexível, arremata (RODRIGUES, 1997). É a imagem do negócio como ordenador de práticas racionais,

impessoais e técnicas. “Devemos ver a cooperativa como um negócio e não como uma ação entre amigos. É uma economia social, não é uma economia solidária, nem casa de benevolência”, já declarou o então presidente da OCB, Marcio Freitas (BRUNO, SEVÁ e CARNEIRO, 2008:18).

Ele expressaria também a necessidade de uma reorganização da agricultura e teria como objetivo a mudança do eixo conceitual para superar a polarização existente entre agricultura empresarial e agricultura familiar. (PINAZZA, 2007:16). Juntamente com os empresários eles são considerados os “elos das cadeias”, e a separação existente é considerada ideológica

“O agronegócio simboliza a adesão entre cadeias. É um termo de união e não de separação. Não é pequeno, não é médio, não é grande. Agronegócio é organização. A grande ou a pequena propriedade fazem parte do agronegócio. O empresário e o agricultor familiar são elos da cadeia e a separação existente é apenas ideológica” (PINAZZA, 2007).

Do ponto de vista da visão de mundo, os empreendedores familiares são representados pelas elites agroindustriais como “ordeiros” e “conscientes” em comparação com os agriculturas familiares “desordeiros” e “inocentes úteis” porque mobilizados e organizados na luta por direitos. E por serem “ordeiros” e “conscientes”, estariam aptos para incrementar a rentabilidade, ampliar o campo de influência do agronegócio, conhecer suas particularidades e harmonizar elos para reduzir conflitos (PINAZZA, 2007).

Observam-se algumas mudanças que marcam os argumentos das elites agroindustriais sobre o lugar e o papel dos empreendedores rurais familiares em sua relação com o agronegócio. Há o incentivo à formação de “redes de negócio”, sobretudo quando associadas ao sistema OCB; não mais se preconiza a proteção e a garantia de acesso ao mercado, e sim qual postura adotar e como tomar a iniciativa diante da globalização dos mercados:

“É preciso ser agressivo, competente, flexível e, ao mesmo tempo, você tem que ter consistência do seu trabalho do ponto de vista de qualidade, produto a tempo, a hora e em volume de mercado demandado. Ter uma postura de mercado vendedor e não ficar esperando o que alguém venha te comprar. É fundamental uma cultura empresarial. É necessário mudar essa postura histórica de comprador” (RODRIGUES, 2007).

E ainda:

“Eu vejo isso hoje como um processo único; eu acho que é agronegócio o cara extrativista da castanha do Pará ou da castanha do Brasil lá no Pará, como os coletores de açaí, fazem parte do agronegócio como o Roberto Rodrigues, que tem 20 mil hectares de terras. Agora, tem desequilíbrios nisso; você tem de tudo nesse meio. Acho que todos fazem parte, cada um tem o seu papel nisso aí. E tudo é agronegócio” (FREITAS, 2007:32).

Na condição de eleitos pelo agronegócio, os empreendedores familiares são alvo de uma intensa pressão política e ideológica por parte das elites agroindustriais que procuram aproximá-los argumentando que agronegócio e empreendedores, juntos, representam o setor mais dinâmico da sociedade brasileira. Também chamam a atenção para a necessidade de segurança jurídica, criticam as “descabidas” exigências ambientais das políticas públicas e ressaltam a necessidade de proteção contra as invasões de terra.

### Considerações finais

Como vimos, a relação do patronato rural e agroindustrial com os agricultores familiares faz parte de uma história de exploração e de subordinação e pressupõe a utilização dos mecanismos de dominação simbólica cuja finalidade é apagar ou naturalizar as desigualdades sociais a fim legitimar regras de inclusão e exclusão que fazem parte dessa relação.

A fala das elites agroindustrial é emblemática e expressa o pensamento hegemônico dos grupos sociais dominantes no campo brasileiro. Além disso, o poder de classificar e de nominar faz parte do exercício da dominação simbólica (BOURDIEU, 1989). A sua matriz discursiva é conservadora, elitista e autoritária. O conservadorismo não necessariamente é contra a tecnologia e a modernização dos processos produtivos. É contra, sim, o exercício dos direitos e da cidadania (ROMANO, 1994).

Ainda como parte da formação de um *habitus* patronal agroindustrial no exercício da dominação, vimos a alegação da igualdade e harmonia entre empresários rurais e agroindustriais e agricultores familiares e a defesa de um cooperativismo empresarial “tolerante” e “democrático”, mas que incentiva os agricultores familiares a abrir mão de certos valores que fazem parte de suas experiências e de suas histórias para assumir os valores e a concepção de mundo do patronato agroindustrial.

Pode-se dizer, a alegação da ausência de alternativas históricas concebida como destino e como determinação de um *priori*, algo imutável, justificador quer da inevitabilidade da proletarianização ou do desaparecimento, quer da necessidade de integração ao projeto dos grupos dominantes como condição de reprodução social. São modos diferenciados de desqualificação dos agricultores familiares. De um lado, o profundo desprezo pelo agricultor familiar pobre, que produz para sobrevivência. De outro, a subordinação e dependência da agricultura familiar integrada aos ditames dos proprietários/empresários agroindustriais. Há sempre a possibilidade de excluí-los caso se mostrem “incapazes de integrar-se aos parâmetros financeiros e tecnológicos do novo paradigma em vigor” (PINAZZA, 2007).

Enfim, são relações que retratam um mau encontro expresso, quer pela exclusão, quer pela subordinação. A tirania não suporta qualquer outra ideia, símbolo ou carisma, salvo o dela mesma, alerta-nos Étienne La Boétie, para quem o desejo de servir significa a divisão interna dos sujeitos sociais. Assim, é fundamental transformar o contingente em liberdade da vontade, em escolha. Quando não há escolha, não existe o possível. Devemos cultivar a amizade como recusa de servir (CHAUI, 1999).

Neste contexto tão adverso, tanto os agricultores familiares eleitos como os considerados marginais e excluídos foram atrás de seus direitos e se constituíram sujeitos políticos.

## **Referências bibliográficas**

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Campinas: Hucitec, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa e Rio de Janeiro. DIFEL/ Ed. Bertrand Brasil S.A. 1989.
- \_\_\_\_\_. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BRUNO, Regina Angela Landim. *Senhores da Terra. Senhores da Guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária/EDUR, 1997.
- \_\_\_\_\_. *O ovo da serpente: monopólio da terra e violência na Nova República*. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, 2002.

- \_\_\_\_\_. Com a boca torta pelo uso do cachimbo. Estado e empresários agroindustriais no Brasil. In: MOREIRA, Roberto Jose (Org.) *Mundo rural e cultura*. Rio de Janeiro, Mauad, 2002 .
- \_\_\_\_\_. A grande propriedade fundiária ontem e hoje. Quais as razões para tanto poder e tanta intolerância dos proprietários? In: Melo, J. A. T. *Reforma Agrária quando?* Brasília: Senado Federal, 2006.
- \_\_\_\_\_, SEVÁ, Janaína Tude e CARNEIRO, Olavo Brandão. Agronegócio e Representação de Interesses. In: BRUNO, Regina et al. *Um Brasil Ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: EDUR, 2009.
- \_\_\_\_\_. e SEVÁ, Janaína Tude. Representações de interesses patronais em tempo de agronegócio. In: MOREIRA, Roberto José; BRUNO, Regina (Orgs.). *Dimensões rurais de política brasileiras*. Rio de Janeiro: Mauad - Seropédica: Edur, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Elites Agrárias, patronato rural e bancada ruralista*. Texto de conjuntura. Projeto de Cooperação Técnica UTF/BRA/083/BRA. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura - OPPA/CPDA, 2015.
- CAUME, David José. *Agricultura familiar e agronegócio: falsas antinomias*. REDES. Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 1, p. 26-44, jan./abr. 2009.
- CHAUI, Marilena de Souza. O mau encontro. In: NOVAES, Adauto (Org.) *A outra margem do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- CORADINI, Odacir Luiz e FREDERIC, Antoinette. *Agricultura, Cooperativas e Multinacionais (Produtores, cooperativismo e multinacionais: o caso do trigo e da soja. A babá dos brasileiros: uma multinacional no setor leiteiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- DALLA COSTA, Armando João. *O grupo Sadia e a produção integrada*. O lugar da agricultura no completo agroindustrial. Dissertação de mestrado defendida junto à Universidade Federal do Paraná/ Departamento de História - UFPR, 1993.
- DELGADO, Guilherme da Costa. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985*. Ed. de Unicamp e Icone Ed, 1985.
- GRAMSCI, Antonio. *Gramsci dans le texte*. Paris: Éditions Sociales, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Introducción a la filosofía de la praxis*. Barcelona: Ediciones Península, 1972.
- GRAZIANO DA SILVA José. *As representações empresariais da agricultura brasileira moderna: as disputas na transição para a democracia*. In: XXIX Congresso Brasileiro de Economia Rural. Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Economia Rural. SOBER: Campinas, 1991.

- \_\_\_\_\_. *A Modernização Dolorosa: a estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1982.
- \_\_\_\_\_. (Coord.). *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Questão Agrária e Sindicalismo Rural - Entrevista. História e Perspectivas*. Uberlândia (50) 161-196, jan./jun. 2014.
- GRISA, Catia e SCHNEIDER, Sergio (Orgs). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.
- HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir e LEITE, Sérgio. *Sociedade e Economia do "agronegócio" no Brasil*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 25, n. 74, p. 159-176.
- LACERDA, Elaine, *Brasil Sistêmico: a ideologia sistêmica do agronegócio na Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG)*. Dissertação de mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/DDAS/UFRRJ), 2009.
- MARTINS, José de Souza. *A aliança entre o capital e propriedade da terra: a aliança do atraso*. In: MARTINS, J. S. *A Política do Brasil lúmpen e místico*. São Paulo: Contexto Ed. 2011.
- MANNHEIM, Karl. *O pensamento conservador*. In: MARTINS, José de Souza (Org.). *Introdução crítica à Sociologia Rural*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro. Fase, 1989.
- \_\_\_\_\_. e PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. *A formação de uma categoria política: os agricultores familiares no Brasil contemporâneo*. 2016. (Encaminhada para publicação).
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: Editora UFRRJ, 2010.
- \_\_\_\_\_. *A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária - natureza e comportamento 1964-1990*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- \_\_\_\_\_. *A construção de uma nova hegemonia patronal rural: o caso da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)*. Revista História Hoje. Associação Nacional de História- ANPUH, março, 2005, 20p. Disponível em: <[www.anpuh.org/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=56](http://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=56)>.
- \_\_\_\_\_. *Estado e hegemonia do agronegócio no Brasil*. Revista História e Perspectivas. Uberlândia (32/33): 91-132, jan./jul./ago./dez, 2005.
- OLIVEIRA, Francisco. *A Emergência do Modo de Produção de Mercadorias: Uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil*. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil Republicano III*. Rio de Janeiro: Difel, p. 393/414, 1986.

## Regina Bruno

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. *As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política*. Tese de doutorado apresentada ao CPDA/UFRRJ, 2011.

ROMANO, Roberto. O pensamento conservador. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba; Editora da Universidade Federal do Paraná, n.º 3, 1994.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *O mundo rural como um espaço de vida*. Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFGRS, 2009.

## Relatórios de pesquisa

BRUNO, Regina. *Relatório de Pesquisa sobre "Agronegócio, o despontar de um novo Príncipe?"*. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales CLACSO/ASDI Pesquisa. Dezembro de 2007.

\_\_\_\_\_. e CARNEIRO, Olavo Brandão. *Quem são os novos ruralistas no governo Lula?* Relatório de Pesquisa. NEAD/MDA-IICA. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura, 2004

\_\_\_\_\_. SEVA, Janaina Tude e CARNEIRO, Olavo Brandão. *Grupos de solidariedade, Frentes Parlamentares, Pactos e Unidade e Ação*. Em Pauta o fortalecimento e disputa pela representação no campo. Relatório de Pesquisa. NEAD/MDA-IICA. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/Ministério do Desenvolvimento Agrário-Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura. 2008.

CARVALHO, Abdias Vilar de, BRUNO, Regina Angela Landim e BRAGA, Antonio Rubens Pompeu. *Processo de Elaboração e Debate do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA)*, Relatório final de pesquisa. Projeto de Cooperação Técnica BRA /IICA/03/05 -IICA/NEAD-REDES. Maio de 2009.

## Entrevistas

Flavio Teles de Menezes. Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB). Entrevista realizada em São Paulo, em 13 de agosto de 2008, Pesquisa sobre Processo de Elaboração e Debate do 1.º Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA). Entrevistadores: Abdias Vilar de Carvalho, Antonio Pompeu Braga e Regina Bruno.



Luiz Antonio Pinazza. Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG). Entrevista realizada em São Paulo, em 17 de abril de 2007. Pesquisa Grupos de solidariedade, Frentes Parlamentares, Pactos e Unidade e Ação. Em Pauta o fortalecimento e disputa pela representação no campo. NEAD/MDA-IICA. Entrevistadores: Regina Bruno, Janaina Tude Sevá e Olavo Brandão Carneiro.

Marcio Lopes de Freitas. Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Entrevista realizada em Brasília, em 20 de dezembro de 2008. Pesquisa sobre Grupos de solidariedade, Frentes Parlamentares, Pactos e Unidade e Ação. Em Pauta o fortalecimento e disputa pela representação no campo. NEAD/MDA-IICA. Entrevistadores: Janaina Tude Sevá e Olavo Brandão Carneiro.

Pedro Camargo Neto. Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária (CNA). Entrevista realizada em São Paulo, em março de 1998. Pesquisa sobre Ensino e Reforma do Estado: a visão dos proprietários de terra e empresários rurais. CPDA/UFRRJ. Entrevistadora: Regina Bruno.

Roberto Rodrigues. Presidente da Organização Internacional Cooperativista (OIC). Entrevista realizada em São Paulo, em 15 de dezembro de 1997. Pesquisa sobre Ensino e Reforma do Estado: a visão dos proprietários de terra e empresários rurais. CPDA/UFRRJ. Entrevistadora: Regina Bruno.

Roberto Rodrigues. Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Entrevista realizada em São Paulo, em 13 de agosto de 2008. Pesquisa sobre Processo de Elaboração e Debate do 1.º Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA). NEAD/MDA-IICA. Entrevistadores: Abdias Vilar de Carvalho, Antonio Pompeu Braga e Regina Bruno.

Rui Carlos Otoni Prado. Presidente da Associação de Produtores de Soja do Estado do Mato Grosso (APROSOJA). Entrevista realizada em 13 de março de 2008. Pesquisa sobre Grupos de solidariedade, Frentes Parlamentares, Pactos e Unidade e Ação. Em Pauta o fortalecimento e disputa pela representação no campo. NEAD/MDA-IICA. Entrevistadores: Janaina Tude Sevá e Olavo Brandão Carneiro.

BRUNO, Regina. Desigualdade, agronegócio, agricultura familiar no Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, abril de 2016, vol. 24, n. 1, p. 142-160, ISSN 1413-0580.

**Resumo:** (*Desigualdade, agronegócio, agricultura familiar no Brasil*). Este artigo tem por objetivo refletir sobre os mecanismos de dominação simbólica presentes no discurso das elites agroindustriais quando referidos à estrutura social no campo e à representação sobre quem são os agricultores familiares e quais suas aptidões, potencialidades e (im)possibilidades históricas. Procura mostrar que a retórica das elites agroindustriais aciona as carências à agricultura familiar para impor uma seletividade discursiva que impõe uma hierarquização sobre quem é apto ou não a integrar-se produtivamente pelo estabelecimento de um alinhamento de práticas pela interferência na construção de uma identidade própria, suscitando a dificuldade de construção de um espírito crítico e de percepção das diferenças existentes. Argumentos que se reportam aos interesses patronais agroindustriais e alimentam o próprio sistema de dominação. O artigo também procura mostrar que integração e exclusão são faces de um mesmo processo e se complementam na relação que as negam: o agricultor familiar “vocacionado” reafirma a exclusão do agricultor familiar “sem condição”. A promessa de crédito facilitado e de acesso ao mercado para os “empreendedores familiares” aprofunda diferenças com os agricultores familiares voltados para a produção de subsistência. Ser “ordeiro” e “consciente” como atributos da postura competitiva exclui os agricultores familiares mobilizados na luta por direitos e por isso considerados “desordeiros” e “inocentes úteis”.

**Palavras-chave:** desigualdade, patronato rural e agroindustrial, agronegócio, agricultura familiar, relações de subordinação, exclusão.

**Abstract:** (*Inequality, agribusiness, family farming in Brazil*). This article provides a reflection on the mechanisms of symbolic domination present in the discourse of the agro-industrial elites when referring to the social structure in the rural areas and the representations of who family farmers are and what their skills, potential and historical (im)possibilities are. It shows how the rhetoric of agro-industrial elites accentuates the

inadequacies of family farming by imposing a selective discourse that generates a hierarchy of who is or is not fit for productive integration based on conformity with determined practices. Such interference in the construction of its own identity increases the difficulty of constructing a critical spirit and a perception of differences. This discourse reflects dominant agribusiness interests and reproduced the system of domination. The article also shows that integration and exclusion are two sides of the same process: the family farmer who fits the calling reaffirms the exclusion of family farmer “without vocation”. The easy credit and promise of access to the market for “family entrepreneurs” deepens differences with family farmers facing subsistence production. To be “orderly” and “conscious” are attributes appropriate to a competitive posture, and serve to excludes farmers mobilized in the struggle for rights who are therefore considered to be “troublemakers” or just “useful innocents”.

**Keywords:** inequality, dominant rural and agro-industrial interests, agribusiness, family farming, subordinate relationships, exclusion.

Recebido em abril de 2016.

Aceito em abril de 2016.